

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AUTÔNOMO NO PENSAMENTO
KANTIANO TOMANDO COMO PRESSUPOSTOS ÀS
METODOLOGIAS DE ENSINO**

[THE CONSTITUTION OF THE AUTONOMOUS SUBJECT IN KANTIAN THOUGHT
TAKING AS ASSUMPTIONS TEACHING METHODOLOGIES]

Ediel dos Anjos Araújo

E-mail: araujo_ediel@yahoo.com.br

ORCID 0000-0003-1987-4907

Mestre em Filosofia (PROF-FILO/UFMA)

Angelo Rodrigo Bianchini

E-mail: ar.bianchini@ufma.br

ORCID 0000-0002-8705-281X

Docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia - PROF-FILO/UFMA. É professor no Departamento de Educação UFMA

DOI: [10.25244/tf.v13i2.4050](https://doi.org/10.25244/tf.v13i2.4050)

Recebido em: 02 de março de 2020. Aprovado em: 01/04/2020

Caicó, ano 13, n. 2, 2020, p. 123-140
ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/tf.v13i2.4050](https://doi.org/10.25244/tf.v13i2.4050)
Dossiê Afroperspectivismo e o Ensino de Filosofia



Resumo: Nestes escritos utilizaremos um capítulo de nossa dissertação de mestrado abordando o que preceitua Kant, filósofo prussiano do século XVIII, sobre *Autonomia*, assim como sua concepção sobre educação. Tomamos como referência algumas obras como *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, onde Kant apresenta os conceitos de autonomia da vontade e dever, ligados à liberdade dos sujeitos racionais; *O que é Esclarecimento*, em que o filósofo apresenta o conceito de autonomia enquanto saída da minoridade racional; e *Sobre a Pedagogia*, obra em que Kant apresenta algumas ideias sobre educação e como esta deve ser pensada como pressuposto para o alcance da autonomia dos sujeitos. Para se pensar a autonomia da vontade, é imperativo recorrermos ao terceiro princípio prático da vontade, em referência ao imperativo categórico kantiano, apresentado pelo filósofo como princípio da autonomia da vontade, ou ainda, como alguns chamam, na filosofia moral kantiana, de “fórmula da autonomia”.

Palavras-Chave: Kant. Autonomia. Educação. Vontade. Filosofia.

Abstract: In these writings we will use a chapter from our master's dissertation addressing what Kant, Prussian philosopher of the eighteenth century, precepts about Autonomy, as well as his conception of education. We took as reference some works such as *Fundamentation of the Metaphysics of Customs*, where Kant presents the concepts of autonomy of will and duty, linked to the freedom of rational subjects; *What is Enlightenment*, in which the philosopher presents the concept of autonomy as a way out of rational minority; and *On Pedagogy*, a work in which Kant presents some ideas about education and how it should be thought of as a prerequisite for the achievement of the subjects' autonomy. In order to think about the autonomy of the will, it is imperative to resort to the third practical principle of the will, in reference to the Kantian categorical imperative, presented by the philosopher as the principle of autonomy of the will, or even, as some call it in Kantian moral philosophy, the "formula of autonomy".

Keywords: Kant. Autonomy. Education. Will. Philosophy.

PRESSUPOSTOS KANTIANOS PARA A EDUCAÇÃO

Ao analisar o percurso histórico do ensino de filosofia no Brasil, nos deparamos com a ausência de uma identidade pedagógica e formativa, no sentido de que as ideologias que eram postas no ensino da disciplina não atendiam aos interesses da sociedade brasileira.

A história é uma categoria que nós, enquanto professores pesquisadores, entendemos como sendo de grande importância para a compreensão do fenômeno. Neste trabalho, optamos também por priorizar a historicidade da evolução das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), pois, para entender o contexto atual, faz-se necessário recorrermos ao contexto histórico social, em especial no que se refere ao ensino de Filosofia e suas metodologias, assim como, o surgimento das TDIC aliadas ao ensino no Brasil.

Ao evocarmos os primórdios da história da educação no Brasil, constatamos o quanto a identidade pedagógica e formativa da disciplina de Filosofia é tratada com descaso pelo Estado brasileiro. Basta um olhar mais atento a partir do ano de 1996, quando foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

O texto aprovado da LDB foi desenvolvido a partir de um amplo debate que perdurou por oito anos (1988 – 1996), e foi elaborado pelos senadores Darcy Ribeiro, Marcos Maciel e Maurício Correa, em articulação com o poder executivo do Ministério da Educação – MEC.

Com base no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, pautada em uma concepção de educação democrática, humanística e diversificada. Nesta direção, o artigo 36, inciso IV, mencionava o uso obrigatório de conteúdos de Filosofia e Sociologia necessários à formação dos estudantes para a cidadania em todas as séries do ensino médio. Embora o texto inicial da LDB avance no sentido de uma constituição da identidade pedagógica e formativa da disciplina de Filosofia ao reconhecer a sua obrigatoriedade em todas as séries do ensino médio, isso não se perdura por muito tempo. Pois, ao sancionar a LDB, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o referido artigo, evidenciando a concepção ideológica do Estado acerca do papel da educação e da concepção de sujeito que se pretende formar, frente a esta concepção, vale analisar as ideias de autonomia e de desenvolvimento da racionalidade do sujeito, a partir da autonomia kantiana.

Destaca-se como característica do sujeito kantiano, a racionalidade, o que o diferenciaria da natureza dos outros seres do universo, pela capacidade de fazer escolhas, ou seja, por possuir liberdade em relação à própria vontade, em referência às leis de natureza, significando, portanto, que o sujeito racional tem a capacidade de dar para si mesmo um fim. Logo, ele é um legislador nesse reino dos fins, por criar por si mesmo suas próprias máximas que constituirão as leis universais, que deverá seguir. Assim, sua vida não é pré-determinada, pelo contrário, é pela liberdade que o sujeito se habilitaria a pensar por si mesmo e fazer suas escolhas, que de certo modo acaba por sobrepor à legislação vigente. Na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o filósofo prussiano (2007, p. 72) escreve:

O princípio de toda a legislação prática reside objetivamente na regra e na forma da universalidade que a torna capaz (segundo o primeiro princípio) de ser uma lei (sempre lei da natureza); subjetivamente, porém, reside no fim.

Esta ação que Kant chama de ação legisladora se dá, a partir do segundo princípio, em referência ao princípio que se ocupa da finalidade da ação. O filósofo entende que a subjetividade acontece por princípios racionais, ou seja, o sujeito de todos os fins é todo ser racional entendido aqui como tendo um fim em si mesmo. Por conseguinte, surge deste princípio o terceiro princípio prático da vontade, no qual esta submete-se necessariamente à razão prática universal, ou seja, “a ideia da vontade de todo o ser racional concebida como vontade legisladora universal” (KANT, 2007, p. 72). E, desta terceira formulação do imperativo categórico kantiano, surge a ideia que o filósofo chama de princípio de autonomia da vontade, porém não como um imperativo.

Kant entende autonomia como sendo algo inerente aos sujeitos racionais, ou seja, quando alguém escolhe seguir a lei moral, tal sujeito racional acaba por abrir para si a possibilidade de participação no que o filósofo chama de legislação universal, conseqüentemente, este sujeito se habilita para ser membro de um reino dos fins, dado que ele possui um fim em si mesmo, já que pertence à natureza dos seres racionais. Na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a ideia de autonomia é colocada como “o fundamento da dignidade humana e de toda natureza racional” (KANT, 2007, p. 79).

Da relação das ações com a vontade é que o filósofo prussiano entende que surge a ideia de moralidade no sujeito agente, “a relação das acções com a autonomia da vontade, isto é, com a legislação universal possível por meio das suas máximas” (KANT, 2007, p. 84). Assim, só será permitida a ação que, por sua vez, estiver de acordo com autonomia da vontade, caso contrário não será permitida. Desta relação entre a boa vontade e autonomia, ou do seu contraditório, é que surgem os conceitos que Kant (2007, p. 84) chama de dever, e de obrigação:

A vontade, cujas máximas concordem necessariamente com as leis da autonomia, é uma vontade *santa*, absolutamente boa. A dependência em que uma vontade não absolutamente boa se acha em face do princípio da autonomia (a necessidade moral) é a *obrigação*. Esta não pode, portanto, referir-se a um ser santo. A necessidade objectiva de uma acção por obrigação chama-se *dever*.

Pensar, portanto, o que entende Kant por autonomia é necessariamente pensar na educação, uma vez que, é por meio desta que o sujeito passa a controlar seus impulsos naturais e passa a desenvolver a noção de moralidade. A liberdade autônoma perpassa por escolhas morais em que os sujeitos racionais passam a fazer escolhas conscientes pressupondo a vontade autônoma, e esta por sua vez, é ligada à educação, ou seja, é uma forma de se buscar a ideia de um pensar autônomo.

A educação visa possibilitar a autonomia dos sujeitos, inclusive como Kant aponta na obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, ela proporciona a capacidade do colocar-se pelo diálogo no lugar outro, já que o fim moral é o fim do próprio homem. Nós humanos vivemos em um mundo cultural e, como tal, podemos entender que o mundo da cultura pode ser a condição de possibilidade para um mundo moral, por outro lado, ele pode ser também a condição de possibilidade para um mundo bárbaro, para o mundo da guerra, para um mundo hostil, como o filósofo aponta na *Crítica do Juízo*, para um mundo de miséria. No entanto, existe uma possibilidade de que isto não aconteça, ou seja, podendo os instintos naturais por meio da educação.

CONTRIBUIÇÕES KANTIANAS PARA A EDUCAÇÃO

Para a fundamentação teórica deste tópico, tomaremos como referência as obras *Sobre a Pedagogia* (KANT, 1999); *Crítica da Faculdade do Juízo, parágrafo 40* (KANT, 1790); e *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento* (KANT, 2010). Escritos estes que nos remeterão ao que o filósofo entende como processo educacional pedagógico, no que tange ao desenvolvimento da moral. Como o sujeito poderá se colocar na comunicação no lugar do outro, para enfim poder chegar à autonomia, ponto central de nossa discussão. Para que estes objetivos sejam atingidos, faz-se necessário compreender o processo desde a disciplina, neste caso, apontada como negativa, por privar a criança de exercer a sua própria liberdade, pois, simplesmente submete-se a ela a ideia de obediência, podando a sua animalidade até que se consiga o desenvolvimento da instrução que é vista como positiva, quando permite à criança utilizar-se de sua liberdade para auto educar-se.

Ao adentrarmos no fascinante mundo da Filosofia, especialmente, quando se é professor da referida disciplina, deparamo-nos com o desafio de como desempenhar nossas práticas em sala de aula, buscando uma forma de fazer com que o processo de ensino e aprendizagem aconteça da forma mais motivadora possível, visualizando também, e em especial, o desenvolvimento da autonomia dos alunos. É com esse objetivo que desenvolvemos esta pesquisa, a partir do olhar kantiano de como esse processo se dá, haja vista que segundo Kant, este processo só será possível na medida em que os alunos deixem de ser tutelados por outros e passem a pensar por si mesmos, sendo senhores de suas próprias decisões. Como abordaremos nos escritos a seguir.

Kant (1999), no texto *Sobre a Pedagogia*, demonstra de que forma o processo da educação possibilita ao homem alcançar a autonomia, sendo o próprio indivíduo capaz de pensar por si sem tutores. O filósofo inicia o texto com a seguinte frase: “O homem é a única criatura que precisa ser educada” (KANT, 1999, p. 11). Com isso, ele enfatiza o processo educacional no qual o ser humano precisa submeter-se desde a sua infância para se tornar emancipado. Na visão kantiana, o ser humano é fruto da educação e a função da educação é tornar o ser humano um ser esclarecido e autônomo, isto é, capaz de pensar por si, sem depender de outros por suas próprias máximas.

Para melhor compreensão das ideias kantianas sobre educação, discutiremos, a partir do entendimento das duas etapas que são indispensáveis para que ocorra o processo educacional, a educação física (disciplina) e a prática (moral). Para se chegar à educação moral, primeiro os humanos teriam que construir a educação física (disciplinar) em seguida, desenvolver a educação moral. Se não houver a disciplina na infância, dificilmente haverá o desenvolvimento da educação prática (moral) nos homens. Talvez aqui, encontraríamos a explicação para alunos que não respeitam a professores e colegas, são indisciplinados, pelo que Kant indica, estes não tiveram a disciplina na fase inicial de suas vidas. Uma educação onde a disciplina está ausente é uma educação que não vai funcionar.

Uma das dificuldades de se desenvolver a moral pelas proposições kantianas, dá-se em função de querer desenvolver o pensamento moral, mas, os outros pilares que são condições necessárias, de acordo com Kant, para se chegar à educação moral não foram bem construídos. O processo educacional no pensamento kantiano tem um processo a ser seguido, até se chegar à educação moral. Para Kant (1999), o homem se diferencia dos outros animais em função de suas necessidades, o homem é o único ser que precisa de cuidados e de formação, é o único ser que

requer o desenvolvimento da moral diferente dos outros animais, conforme escreve Kant (1999, p. 14 – 15):

O homem tem necessidade de cuidados e de formação. A formação compreende a disciplina e a instrução. Nenhum animal, quanto saibamos, necessita desta última, uma vez que nenhum deles aprende dos seus ascendentes qualquer coisa, a não ser aqueles pássaros que aprendem a cantar. De fato, os pássaros são treinados no canto por seus genitores; e é admirável ver, como se fosse numa escola, os pais cantarem com todas as forças diante dos filhotes, enquanto estes se esforçam por tirar os mesmos sons das suas pequenas goelas. Para convencer-se de que os pássaros não cantam por instinto, mas que aprendem a cantar, vale a pena fazer a prova: tire dos canários a metade dos ovos e os substitua por ovos de pardais; ou também misture aos canarinhos filhotes de pardais bem novinhos. Coloque-os num cômodo onde não possam escutar os pardais de fora; eles aprenderão dos canários o canto e assim teremos pardais cantantes. É estupendo o fato de que toda espécie de pássaros conserva em todas as gerações um certo canto principal; assim, a tradição do canto é a mais fiel do mundo. O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação.

Percebe-se a partir dos escritos kantianos, que o homem se torna aquilo que a educação dele o faz, pensar no processo educacional é pensar em processos de aprendizagens, uma geração educa outra. O homem recebe e é instruído por “outros homens, os quais a receberam igualmente de outros” (KANT, 1999, p. 15). Assim, a falta de disciplina e de instrução em certos homens, torna-os mestres muito ruins de seus educandos. A educação, em certo sentido, ensina algumas coisas aos homens, por outro lado não faz mais do que devolver certas qualidades, uma vez que não sabemos até onde nossa natureza nos levaria. Assim, temos o cuidado como alimentação e subsistência, a disciplina e a instrução como pressuposto primordial para a formação.

A partir das leituras, percebemos que Kant está muito próximo inicialmente numa relação temporal do pensamento de Rousseau, por estar dialogando ali mais ou menos no tempo das revoluções, dos primeiros contrastes teóricos do Iluminismo, das primeiras reflexões sobre a racionalidade. E estes teóricos acabam fazendo várias reflexões sobre vários processos como a política, a moral, a ética e também sobre a pedagogia e a educação. Por que isso é importante inicialmente para se estudar na relação da fundamentação histórica? Porque eles são os primeiros fundadores da educação na linha histórica, no tempo histórico, em se tratando de sociedade moderna.

Como se ensina alguém? Para ensinar alguém, a prática tem que vir desde a infância, ela tem que ser uma construção e não podemos entender como um milagre. Não tem como repentinamente o ser humano torna-se educado, não, ele vai recebendo, vai se transformando, reorganizando-se, até que ele chegue no que Kant chama de moralidade, na qual o homem consiga proceder dessa forma com muito mais tranquilidade. Assim, todos os rituais que transformam o homem em ser menos vicioso, que mostra que existe moralidade educacional, são fundamentais para Kant, para que possamos cuidar de nós mesmos. E a partir desse cuidar de nós mesmos, dessa moralidade, dessa prática, é que nós podemos causar as reflexões e parar de destruir o nosso próprio corpo, a nossa própria sociedade, as nossas intervenções como um todo.

Se existe diferença entre o “mundo civilizado” e o “mundo bárbaro” esta cultura que está se chamando de “civilizada” é uma cultura que se desenvolve mediante as leis da sociedade civil que impõe limite à liberdade, por outro lado a liberdade irrestrita dos “selvagens”, a do mundo bárbaro é a sem leis, ou seja, o que existe é a poda da sociedade civil. Assim, no âmbito da educação, verifica-se numa perspectiva micro, aquilo que a sociedade civil mostra numa perspectiva macro. Portanto, é necessário podar, restringir, limitar os impulsos e instintos naturais do homem, para que a criança não cresça emocionalmente desordenada, de certo modo, “crianças caprichosas”, que querem tudo, que se sentem pequenos reizinhos em seus castelos, que tornam seus pais e preceptores reféns de suas vontades, das suas “vilanias”.

O filósofo está falando de um contexto da sociedade europeia do século XVIII, em que observa, por um lado, os jovens acostumados a acharem que poderiam tudo, e por outro, a disciplina excessiva que se torna castradora. A ideia da disciplina vem mesmo para fazer a poda dessa animalidade, já que a animalidade não pode ser extirpada, então é necessário que ela seja podada, educada. No entanto, essa poda não pode ser demais, como por exemplo, o uso do castigo, uma vez que isso tornará a criança tímida e isso será péssima para o pensar por si.

Primeiro seguir o curso da natureza, e essa animalidade faz parte desse percurso da natureza, mas ele precisa de certo cuidado, certa restrição para que ela produza o fruto necessário para o pensar autônomo. A natureza não pode produzir por si mesmo o pensar autônomo, mas ela pode contribuir para que isto ocorra. Portanto, uma educação que pesa a mão na castração e no castigo, vai gerar um adulto tímido subserviente e apático, por outro lado, se não houver a poda necessária, surgirá a prepotência, a arrogância e os voluntariosos. Podemos desse modo, entender que para haver um homem civilizado não pode haver excesso entre os dois extremos (a poda excessiva ou a falta dela).

A disciplina, esclarece o filósofo, é a ação pela qual se remove o elemento selvagem do homem limitando-se obviamente a liberdade através da poda dos instintos naturais por instrução que, por sua vez, remove a rudeza. O homem que não é civilizado, que não é instruído, é rude. Existe uma saída? Sim, é só instruí-lo. Porém, aquele que não foi submetido à disciplina, para este não haverá saída, pois, o elemento selvagem não foi removido de tais homens. Onde não há leis, há selvageria. Kant está sugerindo uma educação adequada às crianças. Certamente, pensando nas crianças e jovens europeus de seu contexto.

IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AUTÔNOMO

Existe todo um percurso a ser feito até que o homem consiga atingir a autonomia. Pensar por si nos escritos kantianos é tornar-se autônomo em suas ações e capacidades de citar leis a partir de suas próprias máximas, ou seja, das máximas que acolhem. Ademais, em todo texto existem relações direta entre: educação e pensar autônomo; educação e emancipação, que de certo modo, estavam ancorados numa perspectiva iluminista, em plena expansão na Europa. Por outro lado, o filósofo de *Königsberg*, que embora não está no centro da discussão propriamente dita, presença de perto todo esse desenrolar, em especial na França e na Inglaterra.

Entende-se que Kant (1999) leu o que estava sendo escrito, acompanhou o que estava sendo discutido, concordando com as ideias postas acerca da necessidade do esclarecimento.

Percebeu dentro desse contexto de emancipação e de esclarecimento, uma intrínseca relação com a educação. Diante disso, é perceptível que existe uma dupla preocupação no pensamento kantiano, emancipação do homem e a educação da criança.

Porquanto, a preocupação fundamental da filosofia kantiana, pelo menos do ponto de vista da filosofia prática, é com a emancipação do homem, ou seja, com um pensar autônomo, com um pensar por si. Essa preocupação é algo que tem pelo menos duas frentes. A primeira está ligada a um público letrado, ou seja, a um mundo de adultos; o texto “O que é o Esclarecimento”, por exemplo, é um texto que se dirige a esse grande público letrado, um público erudito, conhecedor de Filosofia, entre outras coisas. Porém, não exatamente faz uso adequado desse conhecimento, na medida em que ainda não tem um pensar autônomo, um pensar esclarecido. Ele conhece um mundo letrado, mas que não sabe fazer uso do pensar por si.

O referido texto se dirige para esse público, isto é, nutre uma expectativa de que é possível reeducar esse mundo adulto letrado e que o reeducando, visto que não é um mundo muito grande, não é a massa inculta, tem-se esperança de que o mundo inculto também vá se educando. Porque esse público erudito é o público que tem acesso aos nobres, aos que fazem as leis e, portanto, há uma íntima relação entre o esclarecimento que Kant está defendendo e a modificação, o melhoramento das leis públicas através desse esclarecimento. Por meio do Iluminismo se podia interferir nas leis do Estado e esse esclarecimento é a condição necessária para que essa modificação nas leis e, por conseguinte, a melhoria na própria sociedade civil aconteça.

Já a segunda está relacionada à educação da criança. A proposta tem como pressuposto a educação para a liberdade, objetivando a autonomia das crianças. Então, de fato, são duas frentes, uma que propõe a reeducação do mundo letrado, a outra que está preocupada com a educação da criança, ou seja, o filósofo nutre uma expectativa grande de que de fato esse esclarecimento possa acontecer nesse ambiente do mundo culto.

Nesse sentido, se podemos pensar numa sociedade civil melhor, o caminho é a educação da criança e educação do jovem. O Iluminismo apresenta uma característica interessante para a educação, que é o fato de não apenas estar voltado para uma perspectiva teórica. Kant não foge a esta linha de raciocínio e também acaba militando pela educação, em que viu nas instituições públicas, como o Instituto Dessau, por exemplo, um grande ensaio, um grande laboratório que precisa ser modificado, melhorado.

Ele viu que era urgente que se criasse esse tipo de Instituto voltado para a educação pública da criança, o que nos possibilita compreender que não se trata apenas de uma teorização sobre educação, mas, também, de uma militância, como em outros teóricos do século XVIII. Kant acreditava na educação pública, pois esta é, segundo o filósofo, a que tem a possibilidade de ser a mais completa e, nesse sentido, a que reuniria ao mesmo tempo a instrução e a formação moral. O filósofo faz referência em especial a educação oferecida pelos Institutos, como possibilidade de realização de sua proposta, uma educação para a autonomia. Nas palavras de Kant (1999, p. 29-34):

[...] A única escola experimental que até agora começou de algum modo a trilhar esse caminho foi o Instituto Dessau. Apesar de muitos defeitos que podem assacar, defeitos que se encontram em todas as obras pioneiras, cabe-lhe essa glória: ele não cessou de fazer novas tentativas. De certo modo, essa foi a única escola em que os mestres tiveram a liberdade de trabalhar segundo seus próprios métodos e intentos, na qual estiveram unidos entre si e mantiveram relações com todos os sábios da Alemanha.

A constituição do sujeito autônomo no pensamento kantiano tomando como pressupostos às metodologias de ensino

ARAÚJO, Ediel dos Anjos; BIANCHINI, Angelo Rodrigo

A educação pública tem aqui manifestamente as maiores vantagens: aí se aprende a conhecer a medida das próprias forças e os limites que o direito dos demais nos impõe. Aí não se tem nenhum privilégio, pois que sentimos por toda parte resistência, e nos elevamos acima dos demais unicamente por mérito próprio. Essa educação pública é a melhor imagem do futuro cidadão.

Conforme a citação, é notória a importância da educação pública, ainda vista com certa resistência, eleva-se por mérito próprio, quer dizer, Kant (1999), em *Sobre a Pedagogia*, preocupa-se com a formação de um pensar autônomo, com o desenvolvimento da criança e de que forma ela vai desenvolver essa autonomia. Sendo assim, a educação precisa ser pensada, estruturada de maneira que permita aos educandos um pensamento não tutelado. Podemos entender isso como uma verdadeira reviravolta para a forma de se pensar a educação na época. Kant coaduna com as ideias que já estão presentes no Emílio, contudo, ele fortalece, de certo modo, o pensamento de Rousseau no manual.

A ideia de uma educação e de um pensar autônomo também estão presentes na obra de Rousseau, mas não se pensa a partir do nada, mas a partir de um contexto que se tem os pressupostos que viabilizam essa forma de pensar. Sem dúvidas o Emílio de Rousseau, do qual Kant foi um leitor assíduo, faz parte destes pressupostos, das ideias kantianas sobre a educação. Kant propõe uma verdadeira revolução, assim como Rousseau, que havia adquirido essa ideia de Michel de Montaigne no Ensaio da educação.

Concordando com esses filósofos, Kant pensou que a educação da criança deve ser uma educação para a criança, ou seja, por não ser um adulto em miniatura, a criança deve ser tratada como criança e deve ter uma educação voltada mais especificamente para ela. Por outro lado, quando ele está preocupado com essa educação que conduza a um pensar autônomo, ele também está preocupado com a ideia de que não basta uma instrução e ensino mecânicos, mas que este não pode ser a ferramenta fundamental da educação.

Nesse sentido, possibilitar um pensamento autônomo para a criança é uma ideia bem avançada para a forma como se pensava a educação até então. O homem esclarecido é convidado a intervir publicamente tanto do ponto de vista teórico quanto prático no que concerne à educação, tal como se percebe em Kant com relação à crítica feita a forma como se trabalhava a educação nos estabelecimentos de ensino. Existem cartas de Kant onde estão presentes tais críticas, em *Sobre a Pedagogia*, Kant (1999, p. 28 - 29) temos algumas passagens.

Tais prescrições demonstram com quanta influência o governo se imiscui em certos assuntos; e não se pode chegar a nada de bom de tais coações. Crê-se geralmente que não é preciso fazer experiência em assuntos educacionais e que se pode julgar unicamente com a razão se uma coisa é boa ou má. Quanto a isso erra-se muito e a experiência nos ensina que as nossas tentativas produziram de fato resultados opostos àquele que esperávamos.

Existem os estabelecimentos de ensino, mas Kant aponta que eles estão trabalhando de forma contrária à natureza. Essa crítica é bastante interessante, primeiramente por Kant acusar os estabelecimentos de estarem promovendo uma educação que não vai dar certo, pois é contrária à

natureza. Segundo, porque diz que é preciso não uma reforma gradual, mas sim uma revolução no que tange aos estabelecimentos, perspectiva um tanto quanto diferente de tudo que se conhece de Kant, já que o filósofo é um defensor da reforma gradual e nunca da revolução.

No entanto, no texto *Sobre a Pedagogia* (1999) no que diz respeito aos estabelecimentos de ensino, ele diz não à reforma gradual, pois era necessária uma modificação urgente na forma de se organizar a educação, inclusive quem proporciona essa educação, ou seja, os mestres. Para Kant, os próprios mestres precisavam ser reeducados, no tocante aos estabelecimentos de ensino e por isso era preciso que as coisas acontecessem de forma muito mais rápida.

Note-se que dois elementos podem aí ser destacados: primeiro, que a educação visa possibilitar a autonomia; segundo, que a educação precisa ser desenvolvida em conformidade com a natureza e não de forma contrária a esta. Mas o que Kant entende por “conformidade com natureza”? Aquilo que é conforme o fim último desta para o homem, que é o desenvolvimento de todas as disposições naturais, como podemos observar no texto *Sobre a Pedagogia* (1999).

Outrossim, no mesmo texto Kant (1999) defende a ideia de que a natureza tem uma finalidade para com o homem, ou seja, assim como todas as coisas de natureza se desenvolvem conforme fins, com o homem, que é parte da natureza, não poderia acontecer de outra maneira. Tendo ele também um desenvolvimento teleológico, a natureza também o desenvolve conforme fins, a questão é que nos outros seres da natureza esse desenvolvimento acontece naturalmente, de forma mecânica, instintiva. No tocante ao homem, esse desenvolvimento deve acontecer no que diz respeito à natureza, ela faz a parte que lhe cabe, por exemplo, ela dá ao homem uma natureza sociável e ao mesmo tempo insociável.

Em palestra proferida pela professora Dra. Zilmara Viana em disciplina ministrada para a turma do mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (2018), a referida professora discorre que no pensamento kantiano pode ser apontando que é só em sociedade civil e ainda, com pressuposto das leis que o homem é capaz de se desenvolver, dado que ele está em conflito com os outros humanos. Nela, a natureza faz a sua parte, gera no homem essa necessidade de viver em sociedade, embora este, naturalmente não queira. Assim, podemos afirmar que o homem de certo modo, detesta a companhia dos outros homens, já que a relação com os outros acabam por despertar sentimentos como a inveja, desejo do reconhecimento e o orgulho.

Na mesma palestra ministrada aos alunos do curso de pós-graduação, foi dito pela professora Dra. Zilmara Viana, que em Kant a vida em sociedade, em especial na sociedade civil, apenas esta é capaz de promover as disposições naturais que estão presentes no homem. Kant (1999) diz, então, que há disposições naturais para o uso da razão - elas estão como em germe na razão - mas só em sociedade é que elas são capazes de se desenvolver. É, precisamente, a isso que Kant (1999) chama de cultura. Na *Crítica da Faculdade do Juízo*, no § 83 (Do último fim da natureza como sistema teleológico), menciona que essa cultura pode ser chamada de aptidão e de habilidade, uma vez que ele vai introduzir também a um outro tipo de cultura.

Segundo a professora Dra. Zilmara Viana (2018), o primeiro e mais importante conceito de cultura é a cultura como desenvolvimento das nossas disposições naturais. Significa dizer que essa cultura só acontece em sociedade e que essa cultura é a “desejável” do ponto de vista da natureza. Esse não é um desejo efetivo da natureza, pois a natureza não tem inteligibilidade nenhuma em Kant (1999); não tem uma personalidade, vontade, desejos, pensamentos. Na verdade, essa é uma ideia reguladora da razão para pensar como seria o desenvolvimento do homem tendo em vista fins na sociedade civil.

Fato é então, que é nesse mundo social civil que o homem produz cultura e desenvolve suas disposições naturais. Logo, a educação precisa se ampliar em conformidade com a natureza, isto é, a conformidade de estar em sociedade se desenvolvendo mediante fins e não de forma contrária a esta, a fim do desenvolvimento das disposições naturais humanas. De acordo com Kant (1999) quais seriam essas disposições naturais? A disposição para a técnica, em *Sobre a Pedagogia*, aparece como a disposição para habilidades (técnica, habilidade, aptidão). A disposição para a prudência e a disposição para a moralidade são disposições naturais do homem que só dão-se na sociedade civil, ou pelo menos é lá que elas vão se alargar de forma adequada.

No olhar da professora Dra. Zilmara Viana, a disposição para a moralidade é a mais excelente. O fim moral, seria o fim último do próprio homem, pois é postulado pela própria moral humana. Mas essa ideia reguladora da natureza agindo de um modo a providenciar esse desenvolvimento das disposições naturais, tem um certo limite no que diz respeito ao homem, fundamentalmente porque as ações humanas são ações livres. Kant (1999) então, com relação à liberdade, a natureza não pode nada, a natureza pode dispor o homem para viver em sociedade ou tornar necessário ao homem viver em sociedade, mesmo a contragosto, pode se aproveitar desse contexto.

Pela fala da referida professora Viana (2018), o único que tem como produzir uma moral é o próprio homem, porque é fruto de algo com princípio de determinação, não há absolutamente nada que possa tornar o homem um ser moral a não ser a própria determinação ou o próprio princípio de autodeterminação do homem em ser moral, da mesma forma como não há absolutamente nada que possa tornar um homem esclarecido, ou seja, que possa fazer ele sair da sua minoridade, há não ser um princípio de determinação interno.

Pode ser entendido, pelo que foi dito pela professora Dra. Zilmara Viana (2018), que a boa educação seria uma saída, no entanto, não como condição suficiente, mas como condição necessária. Assim, podemos entender que a civilidade representa certa forma de cultura e, se o desenvolvimento dessas disposições é cultura, a prudência é uma dessas disposições que vão ser desenvolvidas dentro desse mundo da cultura e é exatamente nessa perspectiva da prudência onde Kant (1999) fala propriamente da civilidade. A relação com o outro precisa de certo refinamento, de certa polidez nos costumes para acontecer.

Pelo que compreendemos através da fala da professora Dra. Zilmara Viana e pelas leituras de Kant (1999) todas estas aproximações podem ser entendidas por civilidade, assim, a prudência seria a habilidade de tirar proveito dos outros. A prudência então estaria ligada ao cálculo, ou seja, a ideia de escolher os meios certos para obter determinados fins, conseqüentemente o outro vai aparecer como um meio. No entanto, nada é feito aí a menos que se tenha uma sociedade civil ainda bastante precária, as relações não vão se dar num patamar desrespeitoso, ofensivo, embora possa também acontecer.

Conseqüentemente pelo que foi exposto pela professora, temos, então, que no domínio da cultura, da civilidade, o que pode acontecer é que o homem vai produzindo certas condições que vão tornar sua vida melhor, que vão favorecer a sua vida e ao mesmo tempo vão se acomodar a essas condições e produzir coisas hostis a eles mesmos. Esse mundo da cultura que pode ser a condição de possibilidades para um mundo moral, pode ser também a condição de possibilidade para um mundo bárbaro.

Mas de acordo com o que foi proferido pela professora Dra. Zilmara Viana (2018), Kant (1999) não está vendo ainda essa questão como um grande empecilho para o desenvolvimento humano. Este pode acontecer, mas a educação está aí para ajudar a resolver, então, nesse percurso

em direção à sociedade moral, os atrativos que são próprios ao homem civilizado podem ser uma grande tentação para o homem, inclusive fator de acomodação gerado pelo bem-estar e que para ele é um obstáculo a ser vencido.

No texto sobre *O que é o esclarecimento*, um dos grandes malefícios da humanidade está ligado à acomodação, por vezes, ele chama de preguiça e de covardia. O homem está bem, está acomodado, está tranquilo, então porque ser maior? Ele não está falando para um mundo não civilizado, Kant está falando para um mundo civilizado em que o homem está preguiçoso, acomodado e covarde.

Efetivamente, Kant ao discorrer sobre a educação, parte da premissa de que a “[...] espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais que pertencem à humanidade. Uma geração educa a outra” (KANT, 1999, p. 12). Nessa perspectiva, aquilo que propicia ao homem a apropriação das características tipicamente humanas é a educação, ou seja, o homem se torna exatamente aquilo que a educação dele o faz.

O início da humanização como disposto poderia se encontrar no estado embrutecido ou “num estado perfeito de civilização” (KANT, 1999, p. 12). Com a ressalva de que possivelmente a humanidade tenha caminhado para a selvageria e o embrutecimento. Assim, educar seria uma arte, uma possibilidade de saída desse estado de selvageria.

O filósofo entende que a educação é uma arte que precisa ser aperfeiçoada de uma geração para outra. Sendo assim, é possível conceber a possibilidade da inserção das TDIC como um recurso pedagógico que conceba, na perspectiva kantiana, o aperfeiçoamento das metodologias do ensino de Filosofia. A arte da educação ou da pedagogia deve, portanto, ser raciocinada. O Próprio contexto kantiano é um contexto onde existe todo um otimismo na ciência e na técnica e o fruto deste otimismo estamos colhendo nos dias atuais. Conforme escreve Kant (1999, p. 19):

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. De posse dos conhecimentos das gerações precedentes está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daqueles, e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino.

Trazendo as ideias kantianas para a nossa pesquisa em curso, podemos retomar ao que apontamos na sessão primeira de nossos escritos, acerca das TDIC como ferramentas pedagógicas para o ensino de Filosofia, pois conforme comenta Kant, a educação é uma arte que necessita ser aperfeiçoada a cada geração, de modo que, uma geração posterior estará sempre melhor aparelhada do que a geração anterior, coadunando com o que vemos discutindo ao longo de nosso texto.

Torna-se necessário equilibrar a educação mecânica, entendido aqui como a educação baseada apenas em acontecimentos ocorridos, nos acontecimentos empíricos ou na pura memória, ou em coisas que serviriam como exemplo. A educação precisa ser raciocinada, esta, por sua vez, oriunda dos conceitos puros da razão, sem a intervenção dos sentidos. Observe-se que, quanto à formação da razão enfatiza Kant (1999, p. 70 – 71):

A constituição do sujeito autônomo no pensamento kantiano tomando como pressupostos às metodologias de ensino

ARAÚJO, Ediel dos Anjos; BIANCHINI, Angelo Rodrigo

No cultivo da razão é preciso praticar o método de Sócrates. Este, que se nomeava parteiro dos conhecimentos dos seus ouvintes, nos seus diálogos, que Platão de algum modo nos conservou, nos dá exemplos de como se pode guiar até mesmo pessoas idosas para retirar muita coisa de sua própria razão.

Com base nesse cultivo da razão a partir do método socrático, Kant, a partir da sua obra *Sobre a Pedagogia*, compreende que a educação exerce um papel primordial no desenvolvimento humano, isso porque esse é o caminho trilhado para o despertar crítico e autônomo do aluno, pois é a partir dela que o homem se tornam:

1. *Disciplinado*: a disciplina impediria que a animalidade prejudicasse as virtudes humanas. Assim, disciplinar os humanos seria o mesmo que domesticá-los em seus estados de selvageria. Segundo o filósofo, a disciplina e a instrução, são ambos aspectos necessários para a formação humana.

O homem vem ao mundo em estado bruto, a falta de disciplina seria um mal pior do que a falta de cultura, já que a falta de cultura pode ser remediada. Kant aponta em seus escritos, que se falta a disciplina, futuramente não será possível abolir o estado selvagem e corrigir um defeito disciplinar. Trazendo esta questão para os nossos dias, talvez teríamos aqui a explicação para os exemplos de alunos indisciplinados, eles não teriam passado pelo primeiro passo educacional indicado por Kant (1999, p. 15) pondera que:

Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os tornam mestres muito ruins de seus educandos. [...], se por um lado, a educação ensina alguma coisa aos homens e, por outro lado, não faz mais que devolver nele certas qualidades, não se pode saber até aonde nos levaria as nossas disposições.

Ainda, sobre a disciplina, descreve como esta é capaz de transformar a “animalidade em humanidade” (KANT, 2009, p, 12). Quanto a esse aspecto, assinala que não tendo o homem nenhum instinto e vindo ao mundo em estado rude, precisa que outros o disciplinem, isto é, removam o elemento selvagem que este possui, sob pena de que se torne um adulto que sempre procura dar vazão a todos os seus caprichos e impulsos, não importando que regras ou leis precisará burlar para tal, desviando-se de sua humanidade. É, portanto, a disciplina que vai permitir ao homem submeter-se às leis, à sua coação. Entretanto, além de disciplinado o homem deve ser instruído. Kant (1999, p. 12) esclarece:

Um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas o homem tem necessidade de sua própria razão, não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, por ele não ter a capacidade imediata de o realizar, mas vir ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele.

Nessa afirmação, pode-se traçar um paralelo com a nossa realidade, posto que tais ideias podem ser atualizadas no sentido de pensar a cidadania. Precisamos, portanto, pôr em prática a questão disciplinar para não nos tornarmos animais. E nesse sentido, pensar a autonomia dos discentes de forma equilibrada e raciocinada para que os mesmos possam ponderar ou fazer as boas escolhas. Kant (1999) enfatiza que, a educação está diretamente ligada à cultura, assim quem, de algum modo, não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto, rude; quem não é disciplinado é um selvagem.

Observe-se, segundo o filósofo, que a disciplina deve ser empregada para conduzir a vontade da criança e não para quebrar-lhe a vontade, pois, nesse caso, produzir-se-ia nela um modo de pensar servil. No entanto, para Kant esse percurso se desenvolveria de forma lenta e caminha na direção de que a educação acaba passando por processos de evolução. Com efeito, Kant (1999, p. 16) afirma:

Talvez a educação se torne sempre melhor e cada uma das gerações futuras dê um passo a mais em direção a um aperfeiçoamento da humanidade, uma vez que o grande segredo da perfeição da natureza humana se esconde no próprio problema da educação.

2. *Culto*: é através da cultura que se tem a possibilidade de ser instruído nos mais diversos tipos de sabedorias. Nesse sentido, ser culto é desenvolver habilidades que sejam capazes de suprir as necessidades que desejamos. Pela cultura, o homem passa a adquirir habilidades condizentes com todos os fins que deseja. Vale ressaltar que a cultura não determina nenhum fim por si mesmo, porém deixa tais cuidados às circunstâncias. Por exemplo, algumas habilidades são úteis para todos os casos, como ler e escrever, enquanto outras são boas em relação a certas finalidades, como a música.

3. *Prudente*: é por meio da prudência que o homem tem a possibilidade de demarcar seu lugar entre os outros sujeitos sociais e como tal, em meio a essas relações “seja querido e tenha influência” (KANT, 1999, p. 26). Este processo só será possível com a educação, fazendo com que o homem permaneça inserido nas relações sociais. A isto, Kant chama de civilidade propriamente dita, por requerer certos modos de cortesia, de gentileza. Consequentemente o homem teria a capacidade de servir-se de outros homens para determinadas finalidades com prudência. No entanto, o filósofo escreve que a prudência se regula pelo gosto mutável de cada época.

4. *Moral*: com a educação o homem passa a preocupar-se com as questões de ordem moral, no entanto, como pondera Kant, “não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins” (KANT, 1999, p. 26), é necessário, portanto, que ele saiba fazer escolhas e neste caso, priorize os ‘bons fins’ ou as boas escolhas. O que Kant entende como “bons fins”? Aqueles que foram necessariamente aprovados por todos, e ao mesmo tempo podem ser os fins de cada um.

Kant escreve que só existem cinco possibilidades para o homem: ser treinado, disciplinado, instruído, mecânico ou ser verdadeiramente ilustrado. Assim como os cães e os cavalos podem ser treinados, a possibilidade é a mesma para os homens (KANT, 1999, p. 27).

Entretanto, não basta treinar as crianças, é preciso que as mesmas aprendam a pensar. Logo percebe-se que a verdadeira educação, sobretudo, a educação privada seja observada por ensinarmos às crianças aquilo que julgamos essencial e acabamos deixando os ensinamentos morais

para o pregador. O filósofo escreve que é de grande importância ensinar às crianças a odiar o vício por virtudes, não em função de Deus ter proibido, mas por ser desprezível por si mesmo.

Pois do contrário, as crianças pensariam que os vícios seriam permitidos por Deus, logo poderiam ser facilmente praticados, uma vez que se Deus não proibiu, logo, Deus poderia fazer uma exceção em seu favor. Já no século XVIII Kant aponta que “vivemos numa época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a verdadeira moralidade”. (KANT, 1999, p. 28). Assim, podemos dizer que a felicidade dos Estados cresce proporcionalmente à medida que cresce a infelicidade dos homens. Uma possibilidade de diminuição da barbárie nos homens se encontraria na sabedoria, e esta, apenas esta, teria a possibilidade de fazer com que os homens pudessem sair de seu estado de tutela e passassem a ter autonomia.

Em sua obra (KANT, 2010), “Resposta à pergunta: *Que é o Esclarecimento?*”, relata a autonomia como a saída racional da *minoridade* para a *maioridade*, sendo entendida como o ato ou a ação tomada por si mesmo, uma ação não tutelada, direcionada apenas pela própria razão. No entanto, no texto em questão aparece a ideia de que existem alguns indivíduos que permanecerão na minoridade a vida toda, alguns por covardia outros por preguiça. Contudo, a educação é a possibilidade de que esses indivíduos possam fazer-se melhores e constituam um mundo melhor.

Partindo do pressuposto que *Autonomia* vem do grego e significa o poder de dar a si a própria lei, *Autós* (por si mesmo) e *nomos* (leis), autonomia pode ser entendida como autodeterminação, ligada diretamente ao princípio da moralidade. Conforme escreve Kant (1986, p. 144):

Pelo que antecede podemos agora explicar-nos facilmente como sucede que, ainda quando representamos sob o conceito de dever uma sujeição à lei, possamos achar não obstante simultaneamente uma certa sublimidade e dignidade na pessoa que cumpre todo os seus deveres. Pois enquanto ela está submetida à lei moral não há nela sublimidade alguma; mas há-a sim na medida em que ela é ao mesmo tempo legisladora em relação a essa lei moral e só por lhe está subordinada. Também mostramos mais acima como não é nem o medo nem a inclinação, mas tão somente o respeito à lei que constitui o móbil que pode dar à ação um valor moral. A nossa própria vontade, na medida em que agisse só sob a condição de uma legislação universal possível pelas suas máximas, esta vontade que nos é possível na ideia, é o objeto próprio do respeito, e a dignidade da humanidade consiste precisamente nessa capacidade de ser legislador universal, se bem que com a condição de estar ao mesmo tempo submetido a essa mesma legislação.

Trazendo a ideia do filósofo para o contexto da educação aos moldes daquilo que entendemos como fator de deliberação da autonomia dos sujeitos, e tomando como pressuposto que toda ação tem uma implicação moral, seja ela guiada pela legalidade ou pela consciência, entendemos, portanto, que os indivíduos devem posicionar-se como sujeitos autônomos a partir de suas escolhas morais. Tais escolhas devem ser levadas em consideração não apenas a partir do ponto de vista da legalidade, mas enquanto atitude moral, ação consciente, levando em consideração a própria dignidade do sujeito. Kant (1986) entende que a vontade está diretamente ligada à autonomia. Sendo assim, a vontade seria uma lei própria da razão e para que uma pessoa

possa ser considerada autônoma ela precisa começar a tomar decisões por si própria, deixando de ser influenciada por outros indivíduos. Kant (1986, p. 85) ressalta que:

Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal. [...] Pela simples análise dos conceitos da moralidade pode-se, porém mostrar muito bem que o citado princípio da autonomia é o único princípio da moral. Pois desta maneira se descobre que esse seu princípio tem de ser um imperativo categórico, e que este imperativo não manda nem mais nem menos do que precisamente esta autonomia.

Certamente, o princípio da autonomia constitui-se de outro ponto importante no pensamento do filósofo, isto é, a questão da dignidade que é considerada como um dos fatores para o desenvolvimento da autonomia. Esta não tem preço e não pode ser trocada, é algo muito além de um valor insignificante. Autonomia é entendida como princípio da dignidade humana, assim como um ser racional, a liberdade é a chave da autonomia e da vontade, da independência do ser humano.

Ademais, autonomia é um conceito que determina a liberdade do indivíduo, onde este passa a ter capacidade de projetar a sua própria vida, vivenciando e realizando suas próprias escolhas. Autonomia está ligada, portanto, à moral e à política, sendo utilizada como base para determinar a responsabilidade moral do indivíduo. Em relação a responsabilidade para fazer as suas ações de forma que ele se sinta livre, esta é entendida como condição de um grupo ou de uma pessoa gerir a sua própria vida de acordo com suas escolhas, de acordo com suas vontades. Estando, portanto, relacionada a uma condição que é a liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazendo as ideias kantianas para os professores de Filosofia, podemos retomar ao que apontamos na primeira parte de nossos escritos, acerca das TDIC como ferramentas pedagógicas para o ensino de Filosofia, pois conforme comenta Kant, a educação é uma arte que necessita ser aperfeiçoada a cada geração, de modo que, uma geração posterior estará sempre melhor aparelhada do que a geração anterior, coadunando com o que vemos discutindo ao longo de nosso texto.

Ademais, autonomia é um conceito que determina a liberdade do indivíduo, onde este passa a ter capacidade de projetar a sua própria vida, vivenciando e realizando suas próprias escolhas. Autonomia está ligada, portanto, à moral e à política, sendo utilizada como base para determinar a responsabilidade moral do indivíduo. Em relação a responsabilidade para fazer as suas ações de forma que ele se sinta livre, esta é entendida como condição de um grupo ou de uma pessoa gerir a sua própria vida de acordo com suas escolhas, de acordo com suas vontades. Estando, portanto, relacionada a uma condição que é a liberdade.

A ideia de uma educação e de um pensar autônomo também estão presentes na obra de Rousseau, mas não se pensa a partir do nada, mas a partir de um contexto que se tem os pressupostos que viabilizam essa forma de pensar. Sem dúvidas o Emílio de Rousseau, do qual Kant foi um leitor assíduo, faz parte destes pressupostos, das ideias kantianas sobre a educação. Kant propõe uma verdadeira revolução, assim como Rousseau, que havia adquirido essa ideia de Michel de Montaigne no Ensaio da educação.

Assim, concordando com esses filósofos citados no parágrafo anterior, Kant pensou que a educação da criança deve ser uma educação para a criança, ou seja, por não ser um adulto em miniatura, a criança deve ser tratada como criança e deve ter uma educação voltada mais especificamente para ela. Por outro lado, quando ele está preocupado com essa educação que conduza a um pensar autônomo, ele também está preocupado com a ideia de que não basta uma instrução e ensino mecânicos, mas que este não pode ser a ferramenta fundamental da educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03?leis?19394.htm>. Acesso em: mar. 2017.
- CARVALHO, Zilmara de Jesus Viana de. **Palestra proferida aos alunos de pós-graduação em Filosofia**. UFMA, 2018.
- CARTOLANO, Maria T. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- KANT, Immanuel. **Que significa orientar-se no pensamento?** (1786) Tradutor Arthur Morão. Disponível em: <<http://files.filosofiaonline.webnode.com.br/200002745-e634be72e7/KANT.%20Que%20significa%20orientar-se%20no%20pensamento.pdf>> Acesso em: nov. 2017.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é o esclarecimento? In.: **Textos Seletos**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. (1724 – 1804). **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Trad. Clélia Martíns, - São Paulo: Iluminuras, 2006.
- _____. (1724 – 1804). **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.
- _____. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.

A constituição do sujeito autônomo no pensamento kantiano tomando como pressupostos às metodologias de ensino

ARAÚJO, Ediel dos Anjos; BIANCHINI, Angelo Rodrigo

_____. (1724 – 1804). **Textos selecionados:** Fundamentação da metafísica dos costumes. Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí: Traduções de Tania Maria Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Torres Filho. – São Paulo: Abril Cultural, 1986.

_____. (1724 – 1804). **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução Paulo Quintela, 117 p. (textos filosóficos). Lisboa: Edições 70, 2007.